

# POR DENTRO DA CONTA DE LUZ

Informação de utilidade pública

**6ª Edição**

Após redução  
das tarifas de  
energia



# POR DENTRO DA CONTA DE LUZ

Informação de utilidade pública

**6ª Edição**

Após redução  
das tarifas de  
energia

Brasília  
Março de 2013

# **Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL**

## **Diretoria**

Romeu Donizete Rufino

**Diretor-Geral (Interino)**

André Pepitone da Nóbrega

Edvaldo Alves de Santana

Julião Silveira Coelho

## **Diretores**

6ª Edição

Março de 2013

Esta publicação está disponível para download gratuito no portal da ANEEL

CEDOC

CIP. Brasil. Catalogação-na-Publicação  
Centro de Documentação - CEDOC

A265p Agência Nacional de Energia Elétrica (Brasil).

Por dentro da conta de luz : informação de utilidade pública /

Agência Nacional de Energia Elétrica. 6. ed. - Brasília : ANEEL,

2013.

26 p.: il.

1. Conta de energia elétrica - Brasil. 2. Tarifa elétrica. 3. Encargo  
tarifário. 4. Serviço público. I. Título.

CDU: 621.31:330.567.2(81)



# **Apresentação**

Uma das principais atribuições da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) é garantir aos consumidores o pagamento de uma tarifa justa pela energia fornecida e, ao mesmo tempo, preservar o equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias, para que possam prestar o serviço com a qualidade e a continuidade pactuadas.

Diante desse compromisso e pautada pela transparência sempre presente em suas decisões, a ANEEL apresenta a nova edição da cartilha “Por Dentro da Conta de Energia”, que tem como objetivo explicar, de maneira clara e didática, a metodologia de composição das tarifas de energia elétrica.

Na presente cartilha, podem ser conferidas as recentes mudanças na metodologia aplicada na revisão tarifária periódica, as alterações trazidas pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e a descrição de outros instrumentos dos quais a ANEEL faz uso para estabelecer tarifas adequadas, como o reajuste anual e a revisão extraordinária. Com a nova edição da cartilha “Por Dentro da Conta de Luz”, a ANEEL cumpre seu papel de informar a consumidores, empresas e sociedade em geral como deve ser a atuação do órgão regulador para que os serviços de energia elétrica sejam oferecidos com tarifas justas e com qualidade.

Desejamos uma boa leitura!

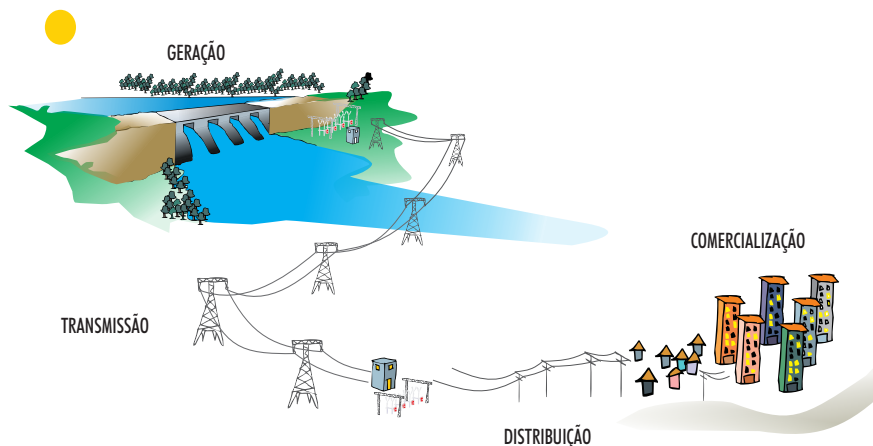


## Como funciona o setor elétrico brasileiro?

A energia elétrica é um insumo essencial à sociedade, indispensável ao desenvolvimento socioeconômico das nações. No Brasil, a principal fonte de geração é a hidrelétrica (água corrente dos rios), que responde por 65% da capacidade instalada em operação no país, seguida das termelétricas (gás natural, carvão mineral, combustíveis fósseis, biomassa e nuclear), com 28%. O restante é proveniente de usinas eólicas (energia dos ventos) e

importação da energia de outros países.

As geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros consumidores, de onde as distribuidoras a levam até a casa dos cidadãos. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia).



O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões, exceto nos sistemas isolados, localizados principalmente na região Norte. O

trânsito da energia é possível graças ao Sistema Interligado Nacional (SIN), uma grande rede de transmissão, com mais de 100 mil quilômetros (km) de extensão.



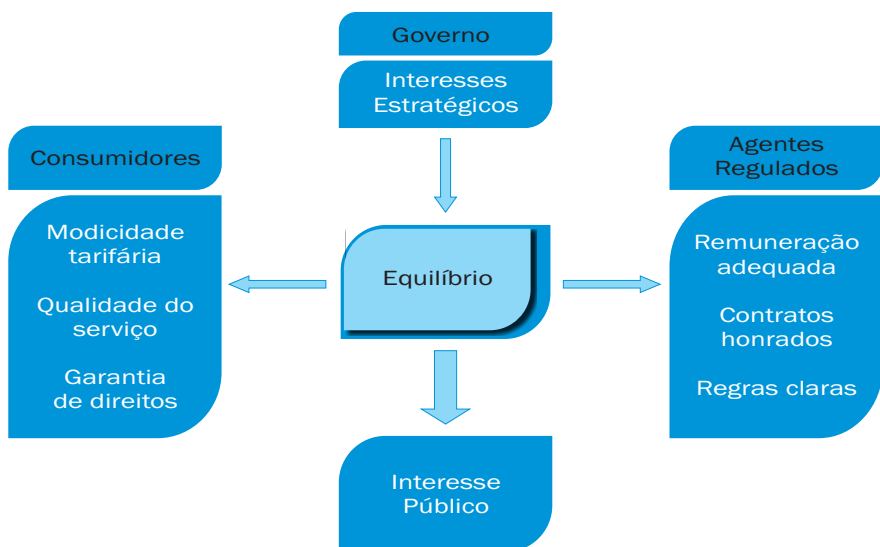
## Como a ANEEL atua?

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) é o órgão regulador do setor elétrico. Criada em dezembro de 1996, é uma autarquia em regime especial vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Sua missão é “proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade”.

A ANEEL normatiza as políticas e diretrizes estabelecidas pelo Governo federal para o setor elétrico, fiscaliza a prestação do fornecimento de energia elétrica à sociedade e faz a mediação de conflitos entre os agentes do setor.

Cabe ainda à ANEEL conceder o direito de exploração dos serviços, atividade que exerce sob a delegação do MME. A ANEEL também define as tarifas de energia, de acordo com o que está estabelecido em lei e nos contratos de concessão assinados com as empresas.

Outras instituições atuam no setor elétrico brasileiro, como o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), o MME, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).





## **Por que a tarifa de energia é diferente em cada estado?**

Antigamente, a tarifa de energia era única em todo o Brasil. As concessionárias tinham direito a uma remuneração garantida porque vigia o regime de regulação pelo custo do serviço. Áreas de concessão que obtivessem remuneração superior à garantida recolhiam o excedente a um fundo do qual as distribuidoras com rentabilidade inferior à garantida retiravam a diferença.

A Lei nº. 8.631/1993 extinguiu o regime de equalização das tarifas de energia elétrica nos estados brasileiros. A Lei nº 8987/95, por sua vez, determinou que a tarifa fosse fixada por concessionária (tarifa pelo preço e não mais pelo custo do serviço), dando início à regulação por incentivos, onde as distribuidoras são incentivadas a se tornarem mais eficientes.

As revisões tarifárias e reajustes tarifários passaram, então,

a considerar as características de cada área de concessão, tais como o número de consumidores, a densidade do mercado (quantidade de energia distribuída a partir de uma determinada infraestrutura), os quilômetros da rede de distribuição de cada empresa e o custo da energia comprada pelas distribuidoras.

Além da tarifa, os impostos e as taxas de iluminação pública também não são iguais em todos os estados e municípios. Não é competência da ANEEL defini-los.

A área de concessão é o território de atuação de cada distribuidora, que pode ser igual, maior ou menor que um estado. Quando a área de concessão coincide com a extensão de um estado, a tarifa é única naquela unidade federativa. Caso contrário, tarifas diferentes são praticadas no mesmo estado.

**Lei 8.631/93**  
extinguiu o regime de  
equalização das tarifas  
de energia  
elétrica nos estados  
brasileiros.

**Lei 8.987/95**  
introduziu o conceito  
de equilíbrio  
econômico-financeiro  
e de tarifa por preço.





## O que a tarifa deve garantir?

A tarifa deve garantir o fornecimento de energia com qualidade e assegurar aos prestadores dos serviços receitas suficientes para

cobrir custos operacionais eficientes e remunerar investimentos necessários para expandir a capacidade e garantir o atendimento.



## O que está embutido no custo da energia que chega aos consumidores?

Para cumprir o compromisso de fornecer energia elétrica com qualidade, a distribuidora tem custos

que devem ser avaliados na definição das tarifas. A tarifa considera três custos distintos:

energia  
gerada



transporte de energia até as  
unidades consumidoras  
transmissão e distribuição



encargos  
setoriais

Além da tarifa, os Governos Federal, Estadual e Municipal cobram na conta de luz o PIS/COFINS, o ICMS e a Contribuição para Iluminação Pública, respectivamente.

Desde 2004, o valor da energia adquirida, das geradoras pelas distribuidoras, passou a ser determinado também em decorrência de leilões públicos. A competição entre os vendedores contribui para menores preços.

O transporte da energia (da

geradora à unidade consumidora) é um monopólio natural, pois a competição nesse segmento não geraria ganhos econômicos. Por essa razão, a ANEEL atua para que as tarifas sejam compostas por custos eficientes, que efetivamente se relacionem com os serviços prestados.

Os encargos setoriais e os tributos, detalhados nas próximas páginas desta cartilha, não são criados pela ANEEL e, sim, instituídos

por leis. Alguns incidem somente sobre o custo da distribuição, enquanto outros estão embutidos nos custos de geração e de transmissão.

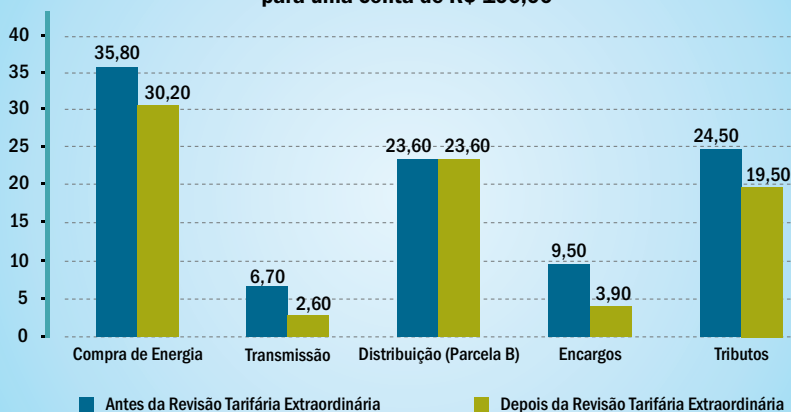
Quando a conta chega ao consumidor, ele paga pela compra da energia (custos do gerador), pela transmissão (custos da transmissora) e pela distribuição (serviços prestados pela distribuidora), além de encargos setoriais e tributos.

Até 24 de janeiro de 2013, numa conta de R\$ 100,00, a compra de energia correspondia a R\$ 35,80, em média, enquanto a transmissão custava R\$ 6,70 e a distribuição, R\$ 23,60. Os encargos respondiam a R\$ 9,50 e os impostos e tributos (ICMS, PIS e Cofins) respondiam a R\$ 24,50.

A partir de 24 de janeiro de 2013, a ANEEL publicou as novas tarifas que reduziram a conta de luz, com efeito médio de redução de 20,2%. A redução foi resultado da Lei nº 12.783/2013, que promoveu a renovação das concessões de transmissão e geração de energia que venciam até 2017. As principais alterações que permitiram a redução da conta foram:

- ✓ a alocação de cotas de energia, resultantes das geradoras com concessão renovadas, a um preço médio de R\$ 32,81 por megawatt-hora (MWh), inferiores aos custos médios praticados;
- ✓ a redução receita das transmissoras com concessões renovadas;

### Composição da tarifa em reais para uma conta de R\$ 100,00



Fonte: SRE/ANEEL

- ✓ a redução dos encargos setoriais, com a extinção da Reserva Global de Reversão (RGR) e o aporte direto do Tesouro Nacional;
- ✓ a retirada de subsídios da estrutura da tarifa.

Dessa forma, aplicadas as disposições da Lei nº 12.783/2013, um consumo idêntico ao da fatura anterior resulta numa conta de R\$ 79,80, composta por custo de energia de R\$ 30,20, custo de transmissão de R\$ 2,60 e de distribuição de R\$ 23,60. Os encargos respondem por

R\$ 3,90 e os impostos e tributos (ICMS, PIS e Cofins) respondem a R\$ 19,50. A redução da base de cálculo resultou em uma diminuição dos tributos, mas não houve redução das alíquotas aplicadas, porque isso depende de alteração da política tributária.

Ressalta-se que os valores apresentados correspondem à média dos praticados no Brasil, considerada a redução observada pelos consumidores das vários subgrupos e modalidades tarifárias.



## **O que são encargos setoriais e para que servem?**

Os encargos setoriais são criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para tornar viável a implantação das políticas de Governo para o setor elétrico. Seus valores constam de resoluções ou despachos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e são recolhidos pelas distribuidoras por meio da conta de luz. Cada um dos encargos, se analisado individualmente, é justificável, mas, considerados em conjunto, impactam a tarifa e a capacidade de pagamento do consumidor.

Considerando-se esse impacto dos encargos do setor elétrico, foi editada a Lei nº 12.783/2013, que, dentre outras disposições, extinguiu a cobrança do encargo Reserva Global de Reversão (RGR) e minorou a Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE), medidas que contribuíram significativamente para a redução das tarifas de energia elétrica. Veja na tabela abaixo os oito encargos existentes.

**Encargo****Para que serve****Como é calculado****Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**

Lei nº.  
10.438/2002

Alterada pela Lei  
nº 12.783/2013

Dentre outras finalidades, serve para custear os descontos nas tarifas e para subsidiar as tarifas de energia dos consumidores de baixa renda, a universalização do fornecimento de energia para Todos, a competitividade da energia produzida a partir de fonte eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral.

A partir da Lei 12.783/2013, as cotas passam a ser definidas em função dos recursos necessários para atingir suas finalidades e das demais receitas relacionadas à CDE. O Tesouro Nacional passa a aportar recursos na conta da CDE, visando a modicidade das tarifas. O custo da CDE é rateado por todos os consumidores atendidos pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). O valor das cotas é calculado pela ANEEL.

**Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)**

Lei nº.  
9.427/1996  
Alterada pela Lei  
nº 12.783/2013

Custear o funcionamento da ANEEL

A TFSEE é paga por todos os consumidores de energia elétrica. Equivale a 0,4% do benefício econômico anual dos agentes – antes da edição da Lei nº 12.783/2013, era de 0,5%.

Decreto nº.  
2.410/1997

**PROINFA**

Lei nº  
10.438/2002

Decreto nº  
5.025/2004

Incentivar a geração de energia a partir de fontes alternativas (eólicas e biomassa) e de pequenas centrais hidrelétricas.

Rateio dos custos e da energia elétrica gerada por meio do programa, levando em consideração o Plano Anual elaborado pela Centrais Elétricas Brasileiras S/A (ELETROBRAS).



Encargo	Para que serve	Como é calculado
<b>Reserva Global de Reversão (RGR)</b>  Decreto nº 41.019/1957	Gerar recursos para reversão das instalações utilizadas na geração e transporte de energia em favor das concessionárias, além de financiar a expansão e a melhoria do serviço de energia elétrica.	A partir da Lei nº 12.783/2013, as concessionárias de distribuição ficam desobrigadas de recolher recursos da RGR.
<b>Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)</b>  Constituição Federal de 1988	Compensar financeiramente a União, estados e municípios pelo uso da água e de terras produtivas necessárias à instalação de usinas para geração de energia.	A CFURH corresponde a 6,75% do valor total de energia mensal produzida por usina (em Megawatt/hora - MWh), multiplicado pela Tarifa Atualizada de Referência (TAR). Do total arrecadado, 45% são destinados aos municípios atingidos pelos reservatórios das usinas e 45% são distribuídos aos estados. Os 10% restantes são repassados à União (3% ao MMA, 3% ao MME e 4% para o FNDCT). A sistemática de distribuição dos royalties é semelhante a da compensação financeira, utilizando-se o valor da energia estabelecido no Tratado de Itaipu, atualizado pela taxa de câmbio do dólar no dia do pagamento e multiplicado pelo número quatro.
<b>Encargos de Serviços do Sistema (ESS)</b>  Decreto nº 2655/1998	Aumentar a confiabilidade e a segurança da oferta de energia no país.	O custo é apurado mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e é pago por todos os consumidores aos agentes de geração.



Encargo	Para que serve	Como é calculado
<p><b>Operador Nacional do Sistema (ONS)</b></p> <p>Lei nº 9.648/1998</p> <p>Decreto nº 2.335</p>	<p>Financiar o funcionamento do Operador Nacional do Sistema Elétrico, que coordena e controla a operação das geradoras e transmissoras de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN).</p>	<p>O valor é definido anualmente pelo ONS e aprovado pela ANEEL.</p>
<p><b>Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (P&amp;D/EE)</b></p> <p>Lei nº 9.991/2000</p> <p>Lei nº 11.465/2007</p> <p>Lei nº 12.212/2010</p>	<p>Estimular pesquisas científicas e tecnológicas relacionadas à energia elétrica e ao uso sustentável dos recursos necessários para gerá-la.</p>	<p>Distribuidoras devem aplicar 0,5% da receita operacional líquida, tanto para pesquisa e desenvolvimento como para programas de eficiência energética na oferta e no uso final da energia. Outros agentes devem investir 1% em P&amp;D</p>
<p><b>Encargo de Energia de Reserva (EER)</b></p> <p>Lei nº 10.848/2004</p> <p>Resolução Normativa nº 337/2008</p>	<p>Cobrir custos decorrentes da contratação de energia de reserva, incluindo os custos administrativos, financeiros e tributários</p>	<p>Rateio entre os usuários finais de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), incluindo os consumidores livres e os autoprodutores apenas na parcela da energia decorrente da interligação ao SIN. É definido mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), segundo fórmula prevista em resolução da ANEEL</p>



## O que são tributos e para que servem?

São pagamentos compulsórios devidos ao poder público, a partir de determinação legal, e que asseguram recursos para que o Governo desenvolva suas atividades. No Brasil, os tributos estão embutidos nos preços dos bens e serviços, por isso estão presentes nas contas de água, luz e telefone, na compra de bens e na contratação de serviços diversos. Nas contas de energia estão

incluídos tributos federais, estaduais e municipais. As distribuidoras de energia recolhem e repassam esses tributos às autoridades competentes pela sua cobrança.

A redução dos valores dos tributos a ser observada após a Lei nº 12.783/2013 decorre da redução da base de cálculo e não da alteração da política tributária.



## Que tributos incidem na conta de luz?

### Tributos federais

Programas de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). São cobrados pela União para manter programas voltados para o trabalhador e para atender a programas sociais do Governo Federal. As alíquotas são de 1,65% (PIS) e 7,6% (COFINS) e são apuradas de forma não-cumulativa. Assim, a alíquota média desses tributos varia com o volume de créditos apurados mensalmente pelas concessionárias e com o PIS e a COFINS pagos sobre custos e despesas no mesmo período, tais como a energia adquirida para revenda ao consumidor.

#### Sistema atual (não cumulativo)

##### Alíquotas

PIS - 1,65%

COFINS - 7,60%

##### Exemplo - não cumulativo

Faturamento Bruto	R\$ 10.000,00
PIS	R\$ 165,00
COFINS	R\$ 760,00
1 - PIS/COFINS a débito	R\$ 925,00

Custos e /ou Despesas R\$ 4.000,00

2 - PIS/COFINS a crédito  
(incidente sobre os R\$ 370,00  
custos e despesas)

PIS/COFINS a pagar (1-2) R\$ 555,00

**Alíquota \*efetiva ou média\*** 5,55%

## **Tributo estadual**

Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Previsto no art. 155 da Constituição Federal de 1988, o imposto incide sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e serviços e é de competência de cada estado e do Distrito Federal, por isso as alíquotas são variáveis. A distribuidora tem a obrigação de realizar a cobrança do ICMS diretamente na conta de luz, repassando o valor ao Governo estadual. Seu cálculo é feito “por dentro”.

### **Forma de cálculo**

Com a cobrança “por dentro”, o ICMS acaba tendo um peso maior que sua alíquota nominal. Em uma área de concessão com alíquota de ICMS de 25%, por exemplo, a cobrança “por dentro” acaba elevando seu impacto para 33%, assim, em uma conta de R\$ 100, se o imposto fosse aplicado diretamente, o valor subiria para R\$ 125, mas como imposto está embutido, o valor passa para R\$ 133.

## **Tributo municipal**

A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP) está prevista no artigo 149-A da Constituição Federal de 1988, que estabelece, entre as competências dos municípios, dispor, conforme lei específica aprovada pela Câmara Municipal, a forma de cobrança e a base de cálculo da CIP. Assim, é atribuída ao Poder Público Municipal toda e qualquer responsabilidade pelos serviços de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública. Neste caso, a concessionária apenas arrecada a taxa de iluminação pública para o município. O repasse é feito mesmo quando o consumidor deixa de pagar a conta de luz.

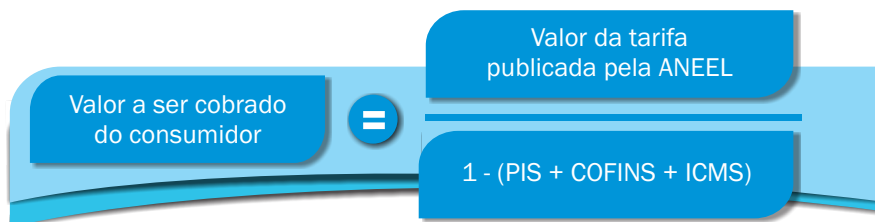




## Como é definido o valor da tarifa de energia?

O valor da tarifa inicial e os mecanismos para sua atualização estão definidos nos contratos de concessão assinados entre as distribuidoras e a União (poder concedente). Os documentos são públicos e estão disponíveis no sítio da ANEEL ([www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)). Os contratos preveem três mecanismos para atualização tarifária, que são o reajuste anual (na data de ani-

versário do contrato de cada distribuidora), a revisão tarifária periódica (ocorre em média a cada quatro anos) e a revisão tarifária extraordinária (se necessária). A correção das tarifas é essencial para manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a fim de assegurar a qualidade e continuidade do fornecimento de energia elétrica à sociedade.



## Por que é necessário aplicar o reajuste anual e a revisão tarifária periódica?

Os contratos de concessão precisam ser cumpridos. O reajuste e a revisão são aplicados para permitir que a tarifa seja suficiente para cobrir custos necessários para os serviços adequados, isto é, contínuos, gerais e eficientes. Para prestá-lo, é preciso remunerar os investimentos das empresas reconhecidas como prudentes,

estimular o aumento da eficiência e da qualidade dos serviços prestados pela concessionária e garantir atendimento abrangente ao mercado, sem distinção geográfica ou de renda. Todos esses objetivos são cumpridos sem perder de vista que a tarifa deve ser justa para os consumidores.



## O que é o reajuste tarifário anual?

É um dos mecanismos de atualização do valor da energia paga pelo consumidor, aplicado anualmente, de acordo com fórmula prevista no contrato de concessão. Seu objetivo é restabelecer o poder de compra da concessionária. Para aplicação da fórmula de reajuste são repassadas as variações dos custos de Parcela A, que são aqueles em que a distribuidora tem pouco ou nenhuma gestão. Por contrato, são os custos relacionados à compra de energia elétrica para atendimento de seu mercado, o valor da transmissão dessa energia e os encargos setoriais.

Os custos com a atividade de distribuição, esses sob completa ges-

tão da distribuidora e definidos como Parcela B, são apenas corrigidos pelo Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas, reduzido do Fator X. Os itens de Parcela B são, basicamente, os custos operacionais das distribuidoras e os custos relacionados aos investimentos por esta realizados, além da quota de depreciação de seus ativos e a remuneração regulatória, valores que são fixados pela ANEEL na época da revisão tarifária. O objetivo do Fator X é estimar ganhos de produtividade da atividade de distribuição, e repassá-los em favor da modicidade tarifária em cada reajuste.

Receita reajustada:

Parcela A  
(atualizada)



Parcela B



(IPGP-M - Fator X)



## O que é a revisão tarifária periódica?

A revisão tarifária periódica também é um dos mecanismos de definição do valor da energia paga pelo consumidor, sendo realizada a cada quatro anos, em média, de acordo com o contrato de concessão assinado entre as empresas e o poder concedente. Na revisão periódica são redefinidos o nível eficiente dos custos operacionais e a remuneração dos investimentos, a chamada Parcela B.

Uma vez definido o valor eficiente dos custos relacionados à atividade de distribuição, os mesmos serão apenas reajustados (IGP-M menos

Fator X) até a revisão tarifária seguinte, não sendo reavaliados a cada ano. Todas as concessionárias são incentivadas a reduzirem seus custos e se tornarem mais eficientes. Na revisão tarifária seguinte, os ganhos de eficiência obtidos pelas concessionárias são revertidos em prol da modicidade tarifária.

O primeiro ciclo de revisões tarifárias periódicas aconteceu entre 2003 e 2006 e o segundo entre 2007 e 2010. O terceiro foi iniciado em 2011, com previsão de conclusão em 2014.

### Receita revisada:

#### Parcela A atualizada



#### Novo valor da parcela B

- Custos operacionais
- Cota de depreciação:  
base de remuneração x taxa de depreciação
- Remuneração do investimento:  
base de remuneração x taxa de retorno



## **O que mudou no terceiro ciclo de revisão tarifária periódica em relação aos dois anteriores?**

A partir do terceiro ciclo, iniciado em 2011, várias mudanças podem ser observadas.

a) Não é mais empregado o modelo de empresa de referência para definição dos custos operacionais eficientes das distribuidoras. Os valores definidos no segundo ciclo foram atualizados considerando o crescimento do número de unidades consumidoras, das redes de distribuição e do mercado atendido pela distribuidora, sendo revertidos para a modicidade tarifária os ganhos de produtividade alcançados pelas distribuidoras entre as revisões tarifárias.

b) A taxa de remuneração do capital investido pelas distribuidoras foi reduzida, de modo a refletir o menor nível de risco para se investir no setor de distribuição de energia no Brasil.

c) O tratamento dado ao item “outras receitas” (receitas auferidas pelas distribuidoras que não decorrem das tarifas de energia elétrica) é mais amplo, avaliando um número maior de receitas auferidas pelas distribuidoras, como a ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, compartilhamento de infraestrutura, publicidade, comunicação, consultoria etc.

d) No caso das perdas não técnicas, a essência da metodologia foi mantida: definir um nível eficiente de perdas não técnicas por meio da comparação do desempenho das distribuidoras. Alguns pontos, no entanto, foram aperfeiçoados, como a atualização dos estudos de complexidade no combate a estas perdas e a definição da velocidade potencial de redução do nível de perdas por conjunto de distribuidoras com características similares.

e) Para se estimar os ganhos de produtividade no Fator X adotou-se uma nova metodologia. Em vez de projetar as receitas e despesas das distribuidoras até a revisão tarifária seguinte, a proposta é observar o comportamento histórico das mesmas.

f) Além disso, foi introduzido um mecanismo de incentivo à melhoria da qualidade do serviço prestado. A cada ano será avaliado se houve melhoria ou piora dos indicadores DEC<sup>1</sup> e FEC<sup>2</sup>. Assim, se o serviço piorar de um ano para outro, o indicador (chamado Componente Q do Fator X) aumenta e o reajuste anual poderá ficar menor. Por outro lado, se a qualidade melhorar, o indicador diminui e a tarifa cai menos.

<sup>1</sup> Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC): Intervalo de tempo em que, em média, ocorreu a descontinuidade da distribuição de energia elétrica no período de observação, em cada unidade consumidora do conjunto considerado.

<sup>2</sup> Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC): Número de interrupções ocorridas, em média, no período de observação, em cada unidade consumidora do conjunto considerado.



## **O que é a revisão tarifária extraordinária?**

Essa revisão é o terceiro mecanismo de atualização de tarifas previsto no contrato de concessão. Tem o objetivo de atender casos muito especiais de justificado desequilíbrio econômico-financeiro da concessão. Pode ser feita a qualquer tempo, com a ocorrência de tal desequilíbrio.

Um exemplo de revisão tarifária extraordinária foi o que ocorreu após a edição da Lei nº 12.783/2013, que promoveu a renovação das concessões de transmissão e de geração de energia que venciam até 2017, além da extinção de encargos.



## **A ANEEL pode deixar de aplicar os mecanismos de atualização das tarifas?**

Não, pois esses mecanismos estão previstos nos contratos de concessão assinados. Em alguns casos, quando a distribuidora está inadimplente com o recolhimento de

algum encargo, a ANEEL homologa o reajuste ou a revisão, mas a empresa fica impedida de praticá-lo até que as pendências sejam resolvidas.



## **A atualização tarifária acompanha o reajuste do salário mínimo ou a inflação?**

Não. O reajuste do salário mínimo é definido pelo Congresso Nacional. As fórmulas de reajuste e revisão tarifária estão previstas nos contratos de concessão e não acompanham diretamente a inflação. No reajuste anual da tarifa de energia, apenas uma parte dos custos da distribuidora (os itens de

Parcela B) é corrigida pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), subtraído o Fator X (que estima ganhos de produtividade a serem revertidos à modicidade tarifária). Os demais custos, como o da compra de energia, são repassados conforme dispositivos específicos de contratos ou de regulamentos.



## **As atualizações tarifárias de energia superaram a inflação?**

De agosto de 2002 a fevereiro de 2013, o aumento das tarifas de energia elétrica foi inferior à variação acumulada do Índice de

Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, e à do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas.



## **Como a qualidade, as perdas (fraudes, furtos e erros de medição) e a inadimplência impactam a tarifa de energia elétrica?**

Para fornecer energia aos consumidores com a qualidade adequada, a empresa precisa investir na ampliação e na manutenção do sistema elétrico existente. Esses custos são avaliados na revisão tarifária. Como anteriormente explicado, foi introduzido no terceiro ciclo um mecanismo de incentivo à melhoria da qualidade. A cada ano, será avaliado se houve melhoria ou piora dos indicadores DEC e FEC. Assim, se o serviço piorar de um ano para outro, o indicador (Componente Q do Fator X) aumenta e o reajuste anual poderá ficar menor. Por outro lado, se a qualidade melhorar, o indicador diminui e a tarifa cai menos.

As perdas não técnicas são

decorrentes, principalmente, do consumo irregular de energia, ocasionado por fraudes no medidor, furtos ou erros de medição. Na revisão tarifária, a ANEEL define o nível eficiente de perdas não técnicas, por meio da comparação entre o desempenho das distribuidoras. Logo, só é repassado para as tarifas o nível de perdas regulatório, bem menor que o real, dependendo do valor de referência considerado para os diversos agrupamentos de distribuidoras.

A mesma lógica é empregada para a definição do nível regulatório de receitas irrecuperáveis, que está relacionado à inadimplência no pagamento das faturas de energia elétrica.



## **O que pode ser feito para reduzir a conta de luz?**

A ANEEL estabeleceu nova metodologia para a revisão tarifária periódica que contribuirá para redução dos custos relacionados à atividade de distribuição de energia elétrica. Isso se dará com o repassados ganhos de eficiência alcançados pelas distribuidoras nos períodos entre revisões.

A redução de encargos e custos com compra de energia, decorrente da Lei nº 12.783/2013 e da consequente revisão extraordinária das tarifas de todas as distribuidoras, aumentou significativamente a contribuição dos tributos na composição da tarifa paga pelos consumidores. Dessa forma, uma nova redução significativa das tarifas de depende da redução de tributos, de iniciativa do Congresso Nacional, do ICMS, de iniciativa dos estados, e da contribuição de iluminação pública, de iniciativa dos municípios.

A redução de impostos pode reduzir, inclusive, os custos para instalação de novas usinas e das linhas de transmissão, o que resultaria em valores menores nos leilões de geração e de transmissão, com efeitos imediatos nas tarifas finais. Ainda com relação à geração, a redução do preço para o consumidor dependeria da exploração de potenciais derivados de fontes mais baratas.

O consumidor, por sua vez, deve ficar atento ao desperdício de energia a fim de reduzir seu consumo, além de participar da definição das regras de revisão tarifária e de cobrar providências de seus representantes nas esferas Federal, Estadual e Municipal. Várias dicas de economia de energia podem ser obtidas no portal da ANEEL ([www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)), em CLIC Energia, e do Programa de Conservação de Energia (Procel) ([www.procel.gov.br](http://www.procel.gov.br)).



## **A escolha da modalidade tarifária pode reduzir minha fatura de energia?**

Sim. Na definição das tarifas, a ANEEL dispõe de modalidades tarifárias para a escolha da que melhor atenda as características de consumo.

Para consumidores atendidos em alta tensão, consumidores industriais e grandes consumidores comerciais na maioria das vezes, estão disponíveis as modalidades tarifárias azul, verde e convencional. A modalidade tarifária deve ser escolhida segundo o perfil de consumo, ou seja, segundo a forma e os períodos de utilização escolhidos.

Com o terceiro ciclo de revisão tarifária, além da modalidade tarifária convencional, os consumidores de baixa tensão, sejam os residenciais, comerciais, industriais e de áreas rurais, ganharam a oportunidade de aderir à modalidade tarifária branca, que considera o perfil de consumo de acordo com os horários de uso da energia. De segunda a sexta-feira, uma tarifa mais barata

será empregada na maioria das horas do dia; outra mais cara, no horário em que o consumo de energia atinge o pico máximo, no início da noite; e a terceira, intermediária, será entre esses dois horários. Nos finais de semana e feriados, a tarifa mais barata será empregada para todas as horas do dia. A tarifa branca será opcional e não valerá para a iluminação pública e os consumidores de baixa renda.

Para a aplicação da tarifa branca, é necessária a instalação de medidores com capacidade de medir e registrar o consumo de energia ao longo do tempo. A partir de fevereiro de 2014, o consumidor poderá fazer a opção pela tarifa branca e solicitar a troca de seu medidor.

Dessa forma, para os consumidores que não utilizam grande quantidade de energia entre 18h e 22h, ou que têm a capacidade e disposição de mudar seus hábitos, a opção pela tarifa branca tende a ser vantajosa.





## **Como o consumidor pode participar do processo de definição das tarifas?**

O consumidor pode participar por meio das consultas e audiências públicas propostas pela ANEEL para dar transparência a suas ações e oferecer a oportunidade à sociedade para participar das decisões que toma. Nesses processos, a ANEEL obtém subsídios e informações adicionais para aprimorar os atos regulamentares em fase de elaboração.

As audiências, abertas a toda a sociedade, são divulgadas com antecedência no portal da Agência e em jornais, rádios e emissoras de TV. Os participantes inscritos têm o direito de se manifestar pessoalmente para apresentar contribuições e sugestões.

As revisões tarifárias são precedidas de audiências públicas, o

que não acontece no caso dos reajustes, pois se limitam à aplicação de uma fórmula específica.

Cabe lembrar que as decisões da diretoria colegiada da ANEEL são tomadas em reuniões públicas e podem ser acompanhadas pessoalmente, na sede da ANEEL, em transmissão ao vivo no portal da Agência ([www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)), ou, posteriormente, em vídeos no canal da ANEEL no Youtube ([www.youtube.com/aneel](http://www.youtube.com/aneel)).

As reuniões ordinárias são às terças-feiras e as extraordinárias, sempre que necessárias. No portal, é possível consultar a pauta e a memória das reuniões, bem como documentos relacionados aos processos deliberados.

Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)  
SGAN 603 Módulos I e J  
CEP: 70.830-030  
Fone: (61) 2192-8600  
Ouvidoria: 167  
e-mail: **[institucional@aneel.gov.br](mailto:institucional@aneel.gov.br)**  
home-page: **<http://www.aneel.gov.br>**

Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais





AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

SGAN - Quadra 603 - Módulos "I" e "J"  
Brasília - DF - 70830-030  
TEL. 55 (61) 2192 8600 Ouvidoria: 144  
[www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)